JARDEL GONÇALVES ANJOS FERREIRA

**Efetividade dos Direitos Fundamentais Trabalhistas: o problema
dos trabalhadores migrantes indocumentados no Brasil**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Masato Ninomiya

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

JARDEL GONÇALVES ANJOS FERREIRA

**Efetividade dos Direitos Fundamentais Trabalhistas: o problema
dos trabalhadores migrantes indocumentados no Brasil**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Direito na área de concentração em Direito Internacional Público, sob a orientação do Prof. Dr. Masato Ninomiya.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) e ao seu programa de pós-graduação pela possibilidade do desenvolvimento desta obra.

Ao Professor Masato Ninomiya, pelo incentivo e confiança desde o início do curso, e por compartilhar comigo e com gerações de seus alunos seu rico saber jurídico e cultura geral.

Aos membros da banca de qualificação da dissertação: Professor Paulo Borba Casella e Professor Antonio Rodrigues de Freitas Júnior, pelos conselhos e dicas preciosas.

Aos meus professores, amigos e colegas do curso de Mestrado e, em especial, aos queridos Luiz Augusto, Luiz Philipe, Érico, Danilo e Vinícius, pelas dicas, conselhos, ideias e apoio na realização deste trabalho.

A todos os funcionários da Biblioteca da FDUSP, pelo apoio na pesquisa, e da Secretaria da Pós, pelas informações, presteza e dedicação.

Aos colegas de grupo de pesquisa GEMDIT (Grupo de Estudo em Migração e Direito Internacional do Trabalho), coordenado pelo Professor Antonio Rodrigues de Freitas Júnior, pela troca de ideias e de informações e pelo aprendizado.

À Sra. Hiroko Takahashi, dedicada secretária do Professor Masato, pela atenção e presteza aos alunos.

Aos meus pais, Isaias e Sara, simplesmente por existirem.

Ao meu tio, Ivan, pelo encorajamento para enfrentar o curso de Mestrado.

À minha namorada e revisora, Marina, pelo amor, parceria e paciência, e por ter me ajudado a manter minha vida em ordem enquanto elaborava este trabalho. Este trabalho é seu.

“Quando cheguei, quase à noite, o embarque dos emigrantes tinha começado havia uma hora e o *Galileo*, ligado ao cais por uma pequena ponte móvel, continua a ser carregado de miséria: uma procissão interminável de gente que saía em grupos do edifício em frente, onde um agente da Delegacia examina os passaportes.”
Edmondo de Amicis, *Em Alto-Mar*

“Artigo 1°. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”
Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948

FERREIRA, Jardel Gonçalves Anjos. **Efetividade dos direitos fundamentais trabalhistas: o problema dos trabalhadores indocumentados no Brasil**. 2017. 152 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

O presente trabalho aborda a proteção jurídica dos trabalhadores indocumentados no Brasil. De início, trata da dinâmica do movimento migratório para o país no período entre 2012 e meados de 2017 e as possíveis teorias para explicar esse fenômeno. Em seguida, trata da evolução da condição jurídica dos migrantes no Direito Internacional e discorre sobre os direitos substantivos e processuais para garantir a tutela desses sujeitos de direito nos sistemas global (ONU e OIT) e interamericano, além de analisar a legislação nacional de proteção dos migrantes, inclusive a Lei 13.445/2017. Terceiro, estuda a hierarquia e a sindicabilidade dos tratados de proteção jurídica dos migrantes no ordenamento pátrio. Por fim, discorre sobre o mecanismo do sistema interamericano para apurar violação de direitos fundamentais trabalhistas dos indocumentados no Brasil.

Palavras-chave: Direito Internacional do Trabalho; migração; ordenamento jurídico brasileiro; violação de direitos humanos trabalhistas; Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

FERREIRA, Jardel Gonçalves Anjos. **Effectiveness of fundamental labor rights: the problem of undocumented workers in Brazil.** 2017. 152 p. Dissertation (Master's Degree) – Law School. University of São Paulo. São Paulo, 2017.

ABSTRACT

This work deals with the legal protection of undocumented workers in Brazil. Firstly, it studies the dynamic of migratory movement towards the country from 2012 until mid-2017. Secondly, it analyzes the history of the legal status of immigrants under international law, and identifies substantive and procedural elements of law required to assure the protection of every migrant not only in global (United Nations and International Labour Organisation) and Inter-American systems, but also in Brazil's national legal system, including under Law 13.445 of 24 May 2017. Thirdly, it scrutinizes the hierarchy and applicability of treaties protecting migrants' rights. Finally, it analyses how the mechanism of inter-American protection of human rights works in order to determine violations in Brazil.

Keywords: International labor law; Migration; Brazilian legal system; Violation of human labor rights; Inter-American system of human rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR INDOCUMENTADO	15
1.1 DOS TRABALHADORES INDOCUMENTADOS NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL	15
1.1.1 A dinâmica do movimento migratório	15
1.1.2 Tendências gerais na dinâmica dos movimentos migratórios contemporâneos	21
1.1.3 Teoria Econômica da Migração	25
1.1.3.1 Migrante econômico X Migrante refugiado	26
1.1.4 Abordagem Histórico-Estrutural	27
1.1.5 Teoria dos Sistemas de Migração	29
1.1.6 Diásporas da atualidade e pluralismo cultural	30
1.2 PROTEÇÃO JURÍDICA DOS TRABALHADORES INDOCUMENTADOS OU EM SITUAÇÃO IRREGULAR	31
1.2.1 Da evolução da condição jurídica dos migrantes no Direito Internacional	31
1.2.2 Tratados do sistema global de proteção dos migrantes	33
1.2.2.1 Dos direitos humanos fundamentais dos migrantes	34
1.2.2.2 Da contribuição da OIT para o desenvolvimento dos direitos humanos dos migrantes laborais	36
1.2.2.3 Da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias (1990)	38
1.2.2.3.1 Os direitos humanos na Década das Conferências	39
1.2.2.4 Os direitos fundamentais dos migrantes no Sistema Regional Interamericano	40
1.2.2.4.1 Da Carta da Organização dos Estados Americanos (1948) e da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948)	41
1.2.2.4.2 Da Convenção Americana De Direitos Humanos (1969) e do Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador - 1988)	42
1.2.3 Os direitos fundamentais dos migrantes na legislação nacional	46
1.2.3.1 Da Constituição Federal de 1988	46
1.2.3.2 Da Consolidação das Leis do Trabalho	47
1.2.3.3 Lei 13.445/2017 (Lei de Migração) X Lei 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro)	50
1.2.3.4 Do Estatuto do Estrangeiro	50
1.2.3.4.1 Do Conselho Nacional de Imigração (CNIg)	53
1.2.3.5 Lei 13.445/2017 (Lei de Migração)	54
2. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR INDOCUMENTADO NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO	61
2.1 FONTES DE DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	61
2.2. NORMAS INTERNACIONAIS DE TRABALHO NO ORDENAMENTO JURÍDICO	64
2.3 SINDICABILIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS NO BRASIL	71
3 MECANISMO DO SISTEMA INTERAMERICANO PARA APURAR VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS DOS TRABALHADORES INDOCUMENTADOS OU EM SITUAÇÃO IRREGULAR NO BRASIL	87
3.1 DA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANAS (CADH)	87
3.2 DO PROTOCOLO DE SAN SALVADOR	90
3.3 COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH)	93
3.3.1 Das funções da CIDH	95
3.3.2 Dos critérios de admissibilidade de petições perante a CIDH (do esgotamento dos recursos internos)	96

3.3.3 Dos Informes da CIDH e da sua natureza jurídica	98
3.3.4 Das medidas cautelares da CIDH	102
3.4 CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH)	103
3.4.1 Da função consultiva	104
3.4.2 Da função contenciosa	105
3.5 A CONDIÇÃO JURÍDICA E OS DIREITOS DOS MIGRANTES INDOCUMENTADOS	107
3.5.1 Da eficácia vertical e horizontal	110
3.5.2 Da responsabilidade internacional do Estado	115
3.5.3 Do princípio da regra mais favorável ao trabalhador	116
3.5.4 Da dignidade da pessoa humana	117
4 CONCLUSÃO	119
BIBLIOGRAFIA.....	121
ANEXO A – REGISTRO FORNECIDO PELA POLÍCIA FEDERAL DE ENTRADA DE ESTRANGEIROS REGULARES NO BRASIL ENTRE 2012 E MAIO DE 2017	129
ANEXO B - REGISTRO FORNECIDO PELA POLÍCIA FEDERAL DE ENTRADA DE ESTRANGEIROS REGULARES NO BRASIL DOS QUAIS NÃO CONSTA BAIXA DE SAÍDA ENTRE 2012 E SETEMBRO DE 2017	147
ANEXO C – TRANSFERÊNCIAS, SEM CONTRAPARTIDA ECONÔMICA, REALIZADAS ENTRE PESSOAS FÍSICAS RESIDENTES NO BRASIL E NO EXTERIOR (BACEN)	149
ANEXO D – REGISTRO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR NACIONALIDADE (IBGE)	151

INTRODUÇÃO

A migração de trabalhadores afeta a maioria dos países do mundo, e é fato que os trabalhadores migrantes contribuem enormemente para o desenvolvimento do país de destino. Nos séculos passados, grandes cidades foram desenvolvidas a partir do trabalho de migrantes, que tiveram papel fundamental na industrialização e urbanização e na história de vários países. Entretanto, atualmente, a migração é frequentemente vista como ameaça à população local.

A intensificação do fluxo migratório advinda das crises políticas, econômicas e sociais e das guerras entre países nos últimos anos fez com que, hodiernamente, em alguns países, os migrantes sejam mal vistos, tidos como pessoas que apresentam riscos. O processo migratório, nesse sentido, implica desafios complexos em termos de proteção dos trabalhadores migrantes, independentemente de sua condição migratória, e por essa razão deve sempre receber atenção e preocupação dos estudiosos do tema.

A migração é fenômeno vinculado ao processo de integração e globalização. Nesse contexto, o Brasil é área de origem, trânsito e destino de migrantes, motivo pelo qual se percebeu grande fluxo de migrantes em direção a várias regiões nacionais nos últimos anos, o que comprova que a migração reveste enorme importância social e econômica no país.

No presente trabalho, iremos abordar essas questões em três capítulos. O primeiro capítulo, “Proteção Jurídica do Trabalhador Indocumentado”, está dividido em duas partes. A primeira aborda a situação dos trabalhadores indocumentados no contexto internacional e nacional; a segunda, a proteção jurídica dos trabalhadores em situação irregular. Aquela discorre sobre a dinâmica do movimento migratório no período de estudo entre 2012 e meados de 2017 no país, as tendências gerais na dinâmica dos movimentos migratórios contemporâneos, a questão do migrante econômico em comparação com o migrante refugiado sob a perspectiva da teoria econômica da migração, a teoria migratória de cunho histórico-cultural, a teoria dos sistemas de migração e diásporas migratórias e pluralismo cultural. A segunda parte analisa, em síntese, a evolução da condição jurídica dos migrantes no Direito Internacional e estuda as garantias substantivas e processuais nos âmbitos global

(ONU e OIT), regional (Pacto de San José e Protocolo de San Salvador) e doméstico (CRFB/88, CLT, e Lei de Migração - Lei 13.445/17).

O segundo capítulo, “Normas Internacionais de Proteção Jurídica do Trabalhador Indocumentado no Ordenamento Jurídico Pátrio”, analisa as fontes do Direito Internacional do Trabalho, bem como suas hierarquias no ordenamento jurídico interno, e discorre sobre a aplicabilidade de tais normas pelos operadores do Direito a fim de promover a sindicabilidade dos direitos fundamentais trabalhistas assegurados em documentos internacionais.

E, por fim, o terceiro capítulo, “Mecanismo do Sistema Interamericano para Apurar Violação de Direitos Fundamentais Trabalhistas dos Trabalhadores Indocumentados ou em Situação Irregular no Brasil”, aborda os documentos internacionais, os órgãos, suas funções e suas decisões a fim de estudar a proteção jurídica dos migrantes, independentemente de sua condição jurídica, e, por consequência, eventual responsabilidade internacional do Estado por violações das garantias substantivas e processuais.

4 CONCLUSÃO

No processo de globalização e integração dos mercados, é comum ouvir o coro em defesa do aumento dos fluxos de capital e de bens e serviços. No anverso desse processo, existe o crescente fluxo de trabalhadores que, não raras vezes, fogem de crises ou de guerras entre países para sobreviver ou para buscar melhores condições de vida para si e para sua família. Entretanto, é frequente dar-se mais ênfase à proteção jurídica dos investimentos e de seus resultados do que estimular a cooperação internacional para proteger os trabalhadores, sobretudo os em situação irregular.

A migração de trabalhadores afeta o Brasil, como área de origem, trânsito e destino de migrantes, o que implica desafios em termos de proteção jurídica dos migrantes. No início do século XXI, o país começou a receber crescente fluxo de migrantes de países não só da região, mas também de outros continentes em razão do relativo êxito econômico, até o *debacle* da crise política e econômica de 2014/2015. Esse movimento de atração populacional inseriu o país no contexto internacional das tendências na dinâmica dos movimentos migratórios contemporâneos, o que, entretanto, não é fenômeno inédito, já que a urbanização e a industrialização de algumas regiões do Brasil foram bastante beneficiadas pelo trabalho, ideias e bagagem cultural dos migrantes no início do século XX.

O fluxo de migrantes, porém, pode gerar reações adversas. Se, por um lado, a migração contribui para o desenvolvimento econômico e social das nações, por outro, é frequentemente vista como ameaça à população local. Essa percepção dos estrangeiros se manifestou na condição jurídica dos migrantes no Direito Internacional. Hodiernamente, existem diretrizes nos âmbitos global (ONU e OIT), regionais (Americano e Europeu, entre outros) e nacionais para assegurar rol mínimo de direitos humanos trabalhistas, independentemente do *status* jurídico dos migrantes.

O Brasil, após a redemocratização em meados de 1980, enviou esforços para resgatar as “hipotecas internacionais” no sentido de aderir e de ratificar tratados para proteger os direitos humanos. Além da emblemática Constituição Federal de 1988, o país aderiu e ratificou o Pacto de San José na década de 1990 e atuou de maneira positiva e ativa em fóruns internacionais de direitos humanos, como a

Conferência de Viena, em 1993, para promover a universalização dos direitos humanos. No entanto, se a praxe internacional é quase sempre colaborativa para estimular tais direitos por meio do discurso oficial, no âmbito interno, a sindicabilidade dos direitos humanos fica, muitas vezes, aquém.

Em 2008, aos tratados de direitos humanos ratificados antes da Emenda Constitucional nº 45/2004, foi reconhecido o *status* supralegal e infraconstitucional, de modo que substancialmente esses tratados contêm matéria de direitos humanos, porém hierarquicamente equivalem às leis ordinárias federais, o que diminuiu o comprometimento do país perante a sociedade internacional. Além disso, em novembro de 2017, entrou em vigor na nova Lei da Migração (Lei 13.445/2017), revogando o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), o que é alvissareiro, visto que, enfim, atualmente os migrantes não são mais tratados sob a perspectiva da política de segurança nacional, e sim como sujeitos de direito.

Caso não cumpra as leis e os tratados em vigor, visto que estes também são regras que obrigam as partes e devem ser observadas de boa-fé – sejam como disposição de espírito de lealdade, sejam como conduta norteadas por essas disposições –, o Brasil pode ser denunciado perante o sistema interamericano para apuração de violação dos direitos humanos trabalhistas dos migrantes em situação irregular. Como o Brasil ratificou, em 1998, a jurisdição contenciosa e obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, é possível ser condenado perante essa instância internacional, se não respeitar os direitos substantivos e processuais dos trabalhadores indocumentados no país. Ainda que tenha ratificado documentos internacionais de direitos humanos após a redemocratização nos anos 1980, o Brasil ainda precisa aderir e ratificar documentos fundamentais para consolidar a proteção dos migrantes, como, por exemplo, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990).

BIBLIOGRAFIA

Livros

ACCIOLY, Hildebrando. SILVA, G. E. do Nascimento. CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

AITH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 217-245.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações internacionais e temas sociais**: a década das conferências. Brasília: FUNAG e IBRI, 2001.

_____. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

AMICIS, Edmondo de. **Em Alto-Mar**. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2017.

ANDRADE, José Carlos Veira de. **Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976**. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2004.

ANZILOTTI, Dionisio. **Cours de droit international**. Paris: Editions Panthéon-Assas, L.G.D.J. Diffuseur, 1999.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CARNEIRO, Dionísio Dias. MODIANO, Eduardo. Ajuste Externo e Desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). **A ordem do progresso**. 19ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

CASTLES, Stephen. MILLER, Mark. **The age of migration**. 3ª ed. New York, London: The Guilford Press, 2003.

CRIVELLI, Ericson. **Direito Internacional do Trabalho Contemporâneo**. São Paulo: LTr, 2010.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 15ª ed. São Paulo: LTr, 2016.

DINH, Nguyen Quoc. DAILLIER, Patrick. PELLET, Alain. **Direito internacional público**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2003.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral**: reflexões para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Editora Da Universidade de São Paulo, 2007.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREITAS JÚNIOR, Antonio Rodrigues de. Direitos Sociais e Direitos Fundamentais na Perspectiva da Declaração da OIT de 1998: um Caso de *Soft Law* no Rumo de sua Efetividade". In: GOMES, Ana Virgínia Moreira. FREITAS JR., Antonio Rodrigues de (orgs.). **A Declaração de 1998 da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**. São Paulo: LTr, 2014, p.13-18.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**; 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

GOMES, Luiz Flávio. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

HOBSBAWN, Eric. Homens a caminho. In: **A Era do Capital, 1848-1875**. Trad. Luciano Costa Neto. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 271-272.

_____. O caubói americano: um mito internacional? In: **Tempos Fraturados**. Trad. Berilo Vargas. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 310-329.

KEYLOR, William R. **História do Século XX**. Trad. Susana Figueiredo. Portugal: BH Publicações Europa-América Ltda., 2001.

LACERDA, Nádia Demoliner. **Migração Internacional a Trabalho**. São Paulo: LTr, 2014.

LIMA JÚNIOR, Jayme Benvenuto. **Os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de Imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Ed. Nuria Fabris, 2009.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

MELLO, Celso D. Albuquerque. **Direito Internacional Público**. 2v. 13ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional: direitos fundamentais**. Tomo IV, 5ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

MORAES, Ana Luisa Zago de. **Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil**. São Paulo: Ibccrim, 2016.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **A Condição Jurídica do Trabalhador Imigrante no Direito Brasileiro**. São Paulo: LTr, 2011.

NINOMIYA, Masato. O fenômeno de kassegui: passado, presente e futuro. In: HARADA, Kiyoshi (org.). **O Nikkei no Brasil**. São Paulo: Cadare, 2013.

OLIVEIRA, Ricardo Victalino de. **A abertura do estado constitucional brasileiro ao direito internacional**. 2014. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21012015-083107>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, et al. Imigração. In: **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano (1889-1930)**. T. 3, v. 9, Livro Primeiro, Capítulo III. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 104-146.

PIOVESAN, Flávia. Proteção dos Direitos Sociais: Desafios dos sistema global, regional e sul-americano. In: CICCIO FILHO, Alceu José. VELLOSO, Ana Flávia Penna. ROCHA, Maria Elisabeth Guimarães Teixeira (orgs.). **Direito Internacional na Constituição**. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

REYNAUD, Adolfo Ciudad. **Labour standards and the integration process in the America**. Lima: Oficina Internacional del Trabajo, 2001.

RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SOARES, Guido Fernando Silva. Uma Reavaliação Atual das Fontes do Direito Internacional: a Questão do Jus Cogens e a Soft Law. In: **Curso de Direito Internacional Público**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. TEIXEIRA FILHO, João de Lima. **Instituições de Direito do Trabalho**. 19ª ed. São Paulo: LTr, 2000.

SUTCLIFFE, Bob. **Nacido en otra parte: un ensayo sobre la migración internacional, el desarrollo y la equidade**. Bilbao: Hegoa Facultad de Ciencias Económicas, 1998.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.

_____. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Vol. 1. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2003a.

_____. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Vol. 3. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2003b.

_____. **Voto Concordante em separado, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Parecer Consultivo OC-18/03**. Série A, n. 18, sobre Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados. 17 set. 2003c.

ZAPOLLA, Letícia Ferrão. **Migração internacional a trabalho**: a influência da OIT na legislação migratória brasileira. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Privado e Processo Civil). Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2017.

Artigos e periódicos

CALDAS, Roberto de Figueiredo. Direito Internacional do Trabalho e Direitos Humanos no Brasil: da Internalização à Aplicação. **Revista do Advogado da Associação dos Advogados de São Paulo**, São Paulo, n. 121, 2013, p. 268-276.

COIMBRA, Rodrigo. Reflexões sobre a Baixa Efetividade dos Direitos e Deveres Trabalhistas Estabelecidos pelas Comunidades e Organizações Internacionais. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, vol. 86, Revista dos Tribunais, 2014, p. 183-198.

CONTI, Irio Luiz. Protocolo Facultativo entra em vigor. **Notícias Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Presidência da República**. 6 mai. 2013. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2013/protocolo-facultativo-entra-em-vigor>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CUNHA, José Ricardo, et al. Direitos Humanos Globais e Poder Judiciário: uma análise empírica sobre o conhecimento e aplicação das normas dos sistemas ONU e OEA no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Novos Estudos Jurídicos (NEJ)**, v. 13, n. 2, jul/dez. 2008. Disponível em: <siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/1445/1148>. Acesso em: 25 jun. 2016.

DELFIN, Rodrigo Borges. Regulamentar a nova Lei de Migração será grande desafio, diz atual presidente do CNIG. **Migramundo**. 3 abr. 2017. Disponível em: <<http://migramundo.com/regulamentar-a-nova-lei-de-migracao-sera-grande-desafio-diz-atual-presidente-do-cnig>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MINISTRO Lewandowski ressalta importância da Corte IDH para consolidação dos direitos humanos no Brasil. **Notícias STF**. 05 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=313632&caixaBusca=N>>. Acesso em: 9 jul. 2016.

NDJIMBA, Kevin Ferdinand. L'Internationalisation des Constitutions et la Revalorisation du Droit Constitutionnel des Etats. **Politeia**, n. 22, dez. 2012, p. 1-20. Disponível em: <<http://www.droitconstitutionnel.org/congresNancy/comN2/ndjimbaTD2.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

NIXON, Ron. Trump Seeks Proposals for "Physically Imposing" Wall With Mexico. **New York Times**. 18 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/03/18/us/politics/trump-seeks-proposals-for-physically-imposing-wall-with-mexico.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

TSOGAS, George. Labour standards in the generalized systems of preferences of the European Union and the United States. **European Journal of Industrial Relations**, Londres, v. 6, n. 3, nov. 2000.

Decisões jurisdicionais e manifestações de órgãos internacionais

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP**, de 17 de julho de 1996.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Artículo 55 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos**. Opinión Consultiva OC-20/09 de 29 de septiembre de 2009, Série A, n. 20.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Caballero Delgado e Santana - Exceções Preliminares**. Sentença de 21 de janeiro de 1994, Série C, n. 17.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Penitenciária Urso Branco**. Medidas Provisórias. Resolução da Corte Interamericana de 18 de junho de 2002.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso das Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no Complexo do Tatuapé da FEBEM versus Brasil**. Medidas Provisórias de 25 de novembro de 2008.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Neira Alegría e outros – Exceções Preliminares**. Sentença de 11 de dezembro de 1991, Série C, n. 13.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Velásquez Rodríguez**. Sentença de 29 de julho de 1988, Série C, n. 4.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados**. Parecer Consultivo OC-18/03 de 17 de setembro de 2003, Série A, n. 18.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade de Paz de San José de Apartadó**. Medidas Provisórias. Resolução da Corte Interamericana de 18 de junho de 2002, Série E, n. 3.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso das Comunidades de Jiguamiandó e de Curbaradó, Medidas Provisórias**. Resolução da Corte Interamericana de 6 de março de 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada pela Resolução 217, na 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, em Paris, em 10 de dezembro de 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**, de 18 de dezembro de 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias (1990)**, adotada pela Resolução 45/158 (AGNU), de 18 de Dezembro de 1990.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. COMISSÃO IDH. **Relatório 54/01, referente ao Caso 12.501**, de 4 de abril de 2001.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948)**, de 30 de abril de 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO COMÉRCIO. **Conferência das Nações Unidas sobre comércio e emprego**. Havana, Cuba, abr. 1948. Disponível em: https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/havana_s.pdf. Acesso em: 26 mai. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituição da Organização Internacional do Trabalho e seu Anexo (Declaração de Filadélfia).**

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 143 sobre as Imigrações Efetuadas em Condições Abusivas e sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes (1975)**, de 24 de junho de 1975.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Ratifications of C143 - Migrant Workers (Supplementary Provisions) Convention, 1975 (No. 143).** Date of entry into force 9 dec. 1978. Disponível em: http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11300:0::NO:11300:P11300_INSTRUMENT_I D:312288. Acesso em: 1 out. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário n. STF.RE 466.343-1.** São Paulo, Tribunal Pleno, Voto do Min. Gilmar Mendes, Brasília, DF, 12 de março de 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Recurso de Revista n. TST.RR-77200-27.2007.5.12.0019.** 1a Turma. Rel. Min. Viera de Mello Filho. Brasília, DF, 15 de fevereiro de 2012.

Legislação

BRASIL; **Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009.** Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Diário Oficial da União de 15 dez. 2009

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1998).**

BRASIL. **Decreto 3.321, de 30.12.1999.** Promulga Protocolo de San Salvador, de 17 de novembro de 1988. Diário Oficial da União, 31 dez. 1999.

BRASIL. **Decreto 7.030, de 14/12/2009.** Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Diário Oficial da União, 15 dez. 2009.

BRASIL. **Decreto Legislativo 64, de 07.12.1949.** Promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos (1948), de 30 de abril de 1998. Diário Oficial da União, 19 fev. 1952.

BRASIL. **Decreto n. 58.819, de 14 de julho de 1966.** Promulga Convenção n. 97 sobre Trabalhadores Migrantes (194) da OIT. Diário Oficial da União, 19 jul. 1966.

BRASIL. **Decreto n. 678, de 06.11.1992.** Promulga Convenção Americana de Direitos Humanos, de 22.11.1969. Diário Oficial da União, 9 nov. 1992.

BRASIL. **Decreto nº 62.150, de 19/01/1968.** Promulga Convenção n. 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e ocupação. Diário Oficial da União, 23 jan. 1968.

BRASIL. **Decreto nº 66.496, de 27/04/1970.** Promulga Convenção n. 117 da OIT sobre objetivos e normas básicas da política social. Diário Oficial da União, 30 abr. 1970.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mensagem nº 163, de 24 de maio de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm Acesso em: 8 jul. 2017.

Outras fontes

BANCO CENTRAL. **Série histórica dos fluxos de transferências pessoais - distribuição por país.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistTransPessoais.asp>>. Acesso em: 15 set. 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **As migrações num mundo interligado:** novas linhas de ação. Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. Disponível em: <https://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/policy_and_research/gcim/GCIM_Report_Complete_PT.pdf>. Acesso em: 9 set. 2017.

EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. **Relações Políticas, Diplomáticas, Econômicas e Principais Visitas.** 30 jan. 2017. Disponível em: <http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/relacoes_bilaterais.html>. Acesso em: 2 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **As Nações Unidas e os Direitos Humanos.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/sistemaonu/>>. Acesso em: 5 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **B32 – Convenção Americana dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif..htm>. Acesso em: 19 nov. 2017

PERROUCHOUD, Richard. Migrants' Rights And International Law Statement. IOM International Organization for Migration. **Seminar On Human Rights And Migrants.** Washington, D.C. 23-24 April 1998. Disponível em: <<http://www.rcmvs.org/documentos/investigacion/Rights.htm>>. Acesso em: 27 set. 2017.

SESSIONS, Jeff. **Washington D.C. 20530.** Documento de revogação do Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA). Office of the Attorney General. 5 set. 2017. Disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3986392/Jeff-Sessions-DACA.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

ANEXO A – REGISTRO FORNECIDO PELA POLÍCIA FEDERAL DE ENTRADA DE ESTRANGEIROS REGULARES NO BRASIL ENTRE 2012 E MAIO DE 2017

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJC - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – Brasília**

Mensagem eletrônica n.º 379/2017-SIC/DIREX/PF

Prezado Senhor,

1. Trata-se de requerimento de informação protocolado no e-SIC formulado nos seguintes termos:

“...numero de estrangeiros regulares (documentados) a separação por classificação utilizada pela DPF, como permanente, temporário, provisórios, fronteiricos, refugiados e asilados e no Brasil desde 2012 até o período mais atualizado possível...”

2. Com relação ao seu requerimento nos termos da Lei 12.527/2011, informo abaixo a estatística solicitada:

2012		2013	
SINCRE Classificação	Classificação	SINCRE Classificação	Classificação
TEMPORARIO	58,516	TEMPORARIO	68,233
PERMANENTE	39,017	PERMANENTE	37,59
FRONTEIRICO	1,162	FRONTEIRICO	1,505
REFUGIADO	0,172	REFUGIADO	0,416
PROVISORIO	0,029	PROVISORIO	0,006
(PREJUDICADO)	0,001		

SINCRE Nacionalidade	Nacionalidade (por mil)	SINCRE Nacionalidade	Nacionalidade (por mil)
BOLIVIA	16,338	BOLIVIA	13,938
ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	6,211	COLOMBIA	6,142
PORTUGAL	5,012	PORTUGAL	6,02
PERU	4,864	ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	5,839
ARGENTINA	4,429	CUBA	5,632
REPUBLICA DO HAITI	4,281	REPUBLICA DO HAITI	5,611
FILIPINAS	4,155	ARGENTINA	5,007
REPUBLICA POPULAR DA CHINA	3,956	ESPAÑA	4,257
PARAGUAI	3,569	REPUBLICA POPULAR DA CHINA	4,131
ESPAÑA	3,206	PERU	4,127

FRANCA	3,197	PARAGUAI	3,788
ITALIA	3,019	FRANCA	3,691
ALEMANHA	2,683	ITALIA	3,418
COLOMBIA	2,527	ALEMANHA	2,917
INDIA	2,254	URUGUAI	2,868
URUGUAI	2,212	FILIPINAS	2,662
JAPAO	1,999	JAPAO	2,422
GRA-BRETANHA	1,998	INDIA	2,415
MEXICO	1,839	MEXICO	1,795
COREIA DO SUL	1,735	GRA-BRETANHA	1,782
CHILE	1,493	COREIA DO SUL	1,535
INDONESIA	1,378	CHILE	1,426
NORUEGA	1,156	INDONESIA	1,227
ANGOLA	0,964	ANGOLA	0,975
VENEZUELA	0,898	HOLANDA	0,867
HOLANDA	0,878	VENEZUELA	0,859
CANADA	0,803	NORUEGA	0,736
POLONIA	0,607	CANADA	0,689
RUSSIA	0,606	POLONIA	0,614
ROMENIA	0,471	RUSSIA	0,526
DINAMARCA	0,429	UCRANIA	0,469
BELGICA	0,427	ROMENIA	0,457
EQUADOR	0,403	EQUADOR	0,427
UCRANIA	0,396	BELGICA	0,42
SUECIA	0,383	DINAMARCA	0,376
HONDURAS	0,354	SUECIA	0,33
CROACIA	0,349	SUICA	0,326
SUICA	0,346	GRECIA	0,313
CUBA	0,309	MOCAMBIQUE	0,31
AUSTRALIA	0,27	CABO VERDE	0,285
LIBANO	0,268	HONDURAS	0,277
MOCAMBIQUE	0,266	AUSTRALIA	0,266
GUINE BISSAU	0,258	CROACIA	0,256
MALASIA	0,253	REPUBLICA DA AFRICA DO SUL	0,252
NIGERIA	0,241	AUSTRIA	0,23
GRECIA	0,234	LIBANO	0,228
CABO VERDE	0,234	MALASIA	0,221
NICARAGUA	0,224	GUINE BISSAU	0,207
AUSTRIA	0,22	FINLANDIA	0,205
FINLANDIA	0,214	SIRIA	0,195
REPUBLICA DA AFRICA DO SUL	0,213	REPUBLICA DOMINICANA	0,184
BULGARIA	0,2	COSTA RICA	0,148

REPÚBLICA ARABE DO EGITO	0,193	NIGERIA	0,147
GUATEMALA	0,164	TAILÂNDIA	0,147
REPÚBLICA DOMINICANA	0,158	REP DEM CONGO	0,141
COSTA RICA	0,144	BULGÁRIA	0,141
TAILÂNDIA	0,141	TURQUIA	0,14
TURQUIA	0,132	SINGAPURA	0,123
IRLÂNDIA	0,125	GUATEMALA	0,111
TIMOR LESTE	0,113	PAQUISTÃO	0,104
PAQUISTÃO	0,097	IRLÂNDIA	0,102
HUNGRIA	0,096	REPÚBLICA TCHÊCA	0,102
ISRAEL	0,094	REPÚBLICA ARABE DO EGITO	0,097
LETONIA	0,094	HUNGRIA	0,093
PANAMA	0,091	ISRAEL	0,087
NOVA ZELÂNDIA	0,084	NOVA ZELÂNDIA	0,084
IRAN	0,082	IRAN	0,082
REP DEM CONGO	0,081	NICARAGUA	0,079
LITUÂNIA	0,078	SÉRVIA	0,076
SÍRIA	0,073	ESLOVÁQUIA	0,075
SINGAPURA	0,067	BANGLADESH	0,065
JAMAIÇA	0,066	LETONIA	0,062
BENIN	0,065	LITUÂNIA	0,06
MARROCOS	0,063	MARROCOS	0,059
REPÚBLICA DE EL SALVADOR	0,061	JAMAIÇA	0,059
SÉRVIA	0,061	CAMARÕES	0,058
ESLOVÁQUIA	0,06	PANAMA	0,051
TRINIDAD E TOBAGO	0,057	TIMOR LESTE	0,051
CASAQUISTÃO	0,053	REPÚBLICA DE EL SALVADOR	0,046
BANGLADESH	0,053	VIETNAM DO SUL	0,042
REPÚBLICA TCHÊCA	0,051	TUNÍSIA	0,04
CAMARÕES	0,05	TRINIDAD E TOBAGO	0,04
MAURÍCIO	0,047	BENIN	0,037
ESLOVÊNIA	0,045	ESTÔNIA	0,034
REPÚBLICA DO CONGO	0,038	ESLOVÊNIA	0,033
PALESTINA	0,038	GANÁ	0,032
REPÚBLICA GUIANA	0,036	REPÚBLICA DO CONGO	0,031
SAO TOME E PRÍNCIPE	0,035	MAURÍCIO	0,031
ARGÉLIA	0,033	GEÓRGIA	0,029
SENEGAL	0,03	MIANMAR	0,029
ESTÔNIA	0,03	SRI-LANKA	0,028
GEÓRGIA	0,029	PALESTINA	0,027
TUNÍSIA	0,026	REPÚBLICA DA BIELORRÚSSIA	0,027

JORDANIA	0,024	SENEGAL	0,025
GANÁ	0,023	JORDANIA	0,025
COSTA DO MARFIM	0,023	NEPAL	0,02
QUENIA	0,021	CASAQUISTAO	0,019
SAO VICENTE	0,021	ARGELIA	0,018
REPÚBLICA DA BIELORRÚSSIA	0,017	IRAQUE	0,017
VIETNAM DO NORTE	0,016	REPÚBLICA DA MACEDONIA	0,017
TOGO	0,016	MALI	0,016
REPÚBLICA DA MACEDONIA	0,015	BOSNIA HERZEGOVINA	0,016
IRAQUE	0,015	ARMENIA	0,016
GUINE	0,013	SUDÃO	0,015
MIANMAR	0,013	ALBANIA	0,014
ISLÂNDIA	0,013	REPÚBLICA DE MALTA	0,014
NEPAL	0,012	REPÚBLICA GUIANA	0,014
ALBANIA	0,011	COSTA DO MARFIM	0,014
MONTENEGRO	0,01	SAO TOME E PRÍNCIPE	0,013
INGLATERRA	0,01	SEYCHELLES	0,011
MOLDAVIA	0,009	VIETNAM DO NORTE	0,011
REPÚBLICA DE MALTA	0,009	BHUTAN	0,011
AZERBAIJÃO	0,009	ISLÂNDIA	0,01
SURINAME	0,009	MONTENEGRO	0,01
SÉRVIA E MONTENEGRO	0,008	GUINE	0,01
LUXEMBURGO	0,008	MOLDAVIA	0,009
BHUTAN	0,008	QUENIA	0,009
LIBÉRIA	0,008	TOGO	0,009
OMAN	0,007	AFEGANISTÃO	0,008
VIETNAM DO SUL	0,007	MONGOLIA	0,007
ARMENIA	0,007	TANZANIA	0,007
USBEQUISTÃO	0,007	LUXEMBURGO	0,007
BOSNIA HERZEGOVINA	0,006	ETIÓPIA	0,007
SUDÃO	0,006	LIBIA	0,007
SEYCHELLES	0,006	REPÚBLICA DO GABÃO	0,006
TANZANIA	0,005	ESTADOS ASSOC. DAS ANTILHAS	0,006
BURUNDI	0,005	AZERBAIJÃO	0,006
UGANDA	0,005	SÉRVIA E MONTENEGRO	0,006
TCHECOSLOVAQUIA	0,005	CHIPRE	0,005
LIECHTENSTEIN	0,005	LIBÉRIA	0,005
TURCOMENISTÃO	0,005	SERRA LEOA	0,005
APÁTRIDA	0,005	GRANADA	0,005
ZÂMBIA	0,005	PORTO RICO	0,005
LIBIA	0,004	TCHECOSLOVAQUIA	0,005
MONGOLIA	0,004	SURINAME	0,005

SRI-LANKA	0,004	OMAN	0,004
IEMEN	0,004	ESTADO DA CIDADE DO VATICANO	0,004
MADAGASCAR	0,004	BURKINA FASO	0,004
MALI	0,004	PANAMA, ZONA DO CANAL	0,004
KOSOVO	0,004	REPUBLICA CENTRO AFRICANA	0,003
SERRA LEOA	0,004	KUWAIT	0,003
REPUBLICA CENTRO AFRICANA	0,003	BARBADOS	0,003
REPUBLICA DO GABAO	0,003	REUNIAO	0,003
ARABIA SAUDITA	0,003	EMIRADOS ARABES UNIDOS	0,003
BURKINA FASO	0,003	SAO VICENTE	0,003
ETIOPIA	0,003	ANDORA	0,003
GUIANA FRANCESA	0,003	GAMBIA	0,002
BARBADOS	0,003	REPUBLICA DE FIJI	0,002
CHIPRE	0,003	MALAWI	0,002
BERMUDAS	0,002	TURCOMENISTAO	0,002
MALAWI	0,002	BOTSWANA	0,002
NAMIBIA	0,002	USBEQUISTAO	0,002
SAMOA OCIDENTAL	0,002	RUANDA	0,002
ESTADO DA CIDADE DO VATICANO	0,002	APATRIDA	0,002
KUWAIT	0,002	BURUNDI	0,002
ESTADOS ASSOC. DAS ANTILHAS	0,002	ZAMBIA	0,002
ZIMBABWE	0,002	MAURITANIA	0,002
NACIONALIDADE INDEFINIDA	0,002	MADAGASCAR	0,002
SAN MARINO	0,002	RODESIA(ZIMBABWE)	0,002
PORTO RICO	0,002	UGANDA	0,001
COREIA DO NORTE	0,002	ARABIA SAUDITA	0,001
MONACO	0,001	IEMEN	0,001
REUNIAO	0,001	MALDIVAS, IS	0,001
BAHRAIN	0,001	MACAU	0,001
COMUNIDADE DOMINICANA	0,001	REPUBLICA DO NIGER	0,001
BRUNEI	0,001	COREIA DO NORTE	0,001
SUAZILANDIA	0,001	NAURU	0,001
TAIWAN	0,001	LESOTO	0,001
ILHAS CAYMAN	0,001	KOSOVO	0,001
CHUVASH	0,001	ZIMBABWE	0,001
ILHAS NOVA CALEDONIA	0,001	GUAN	0,001
MAURITANIA	0,001	KMER/CAMBOJA	0,001
DJIBUTI	0,001	SANTA LUCIA	0,001

POLINESIA FRANCESA	0,001	COMUNIDADE DAS BAHAMAS	0,001
REPUBLICA DO NIGER	0,001	REPUBLICA DE VANUATU	0,001
GRANADA	0,001	COVEITE	0,001
ILHAS FALKLANDS	0,001	SOMALIA, REPUBLICA	0,001
RUANDA	0,001	ERITREIA	0,001
ERITREIA	0,001	ILHAS FEROCES	0,001
GAMBIA	0,001	BERMUDAS	0,001
PANAMA, ZONA DO CANAL	0,001	GUINE EQUATORIAL	0,001
ILHAS TURCA	0,001		
SOMALIA, REPUBLICA	0,001		
EMIRADOS ARABES UNIDOS	0,001		
ILHAS FEROCES	0,001		
TONGAS	0,001		
ARUBA	0,001		
COMUNIDADE DAS BAHAMAS	0,001		

2014		2015	
SINCRE Classificação	Classificação	SINCRE Classificação	Classificação
TEMPORARIO	74,644	TEMPORARIO	66,084
PERMANENTE	40,98	PERMANENTE	47,621
FRONTEIRICO	1,776	FRONTEIRICO	2,476
REFUGIADO	1,274	REFUGIADO	1,268
PROVISORIO	0,022	PROVISORIO	0,015
		(PREJUDICADO)	0,001

SINCRE Nacionalidade	Nacionalidade (por mil)	SINCRE Nacionalidade	Nacionalidade (por mil)
REPUBLICA DO HAITI	10,691	REPUBLICA DO HAITI	14,533
BOLIVIA	7,296	BOLIVIA	8,405
CUBA	7,047	COLOMBIA	7,636
COLOMBIA	6,914	ARGENTINA	6,136
REPUBLICA POPULAR DA CHINA	6,156	REPUBLICA POPULAR DA CHINA	5,793
ARGENTINA	6,04	PORTUGAL	4,853
ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	6,033	PARAGUAI	4,841
PORTUGAL	5,646	ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	4,738
ITALIA	4,567	URUGUAI	4,597
PERU	4,484	PERU	4,399
ESPAÑA	4,203	ITALIA	4,266
PARAGUAI	4,189	FRANCA	3,536

FRANCA	3,707	ESPANHA	3,387
URUGUAI	3,379	ALEMANHA	2,773
ALEMANHA	3,141	COREIA DO SUL	2,731
FILIPINAS	2,526	INDIA	2,584
INDIA	2,356	JAPAO	2,388
JAPAO	2,221	CUBA	2,088
COREIA DO SUL	2,009	FILIPINAS	1,876
MEXICO	1,843	MEXICO	1,745
GRA-BRETANHA	1,775	CHILE	1,659
CHILE	1,712	ANGOLA	1,464
ANGOLA	1,175	GRA-BRETANHA	1,461
VENEZUELA	1,084	EQUADOR	1,147
HOLANDA	1,058	SIRIA	0,993
EQUADOR	0,942	HOLANDA	0,973
INDONESIA	0,934	VENEZUELA	0,909
SIRIA	0,802	BANGLADESH	0,878
POLONIA	0,687	POLONIA	0,661
NORUEGA	0,65	CANADA	0,59
CANADA	0,629	RUSSIA	0,547
BANGLADESH	0,593	INDONESIA	0,525
LIBANO	0,499	NIGERIA	0,524
MOCAMBIQUE	0,491	NORUEGA	0,476
UCRANIA	0,485	LIBANO	0,472
NIGERIA	0,484	ROMENIA	0,47
BELGICA	0,484	SUICA	0,442
RUSSIA	0,463	BELGICA	0,429
GUINE BISSAU	0,457	GUINE BISSAU	0,426
ROMENIA	0,407	SENEGAL	0,409
SUICA	0,39	UCRANIA	0,395
SUECIA	0,375	DINAMARCA	0,388
CABO VERDE	0,355	REP DEM CONGO	0,37
SENEGAL	0,349	GRECIA	0,329
DINAMARCA	0,342	MOCAMBIQUE	0,329
CROACIA	0,316	CABO VERDE	0,327
AUSTRALIA	0,295	SUECIA	0,311
REPUBLICA DOMINICANA	0,286	AUSTRALIA	0,277
MALASIA	0,262	MALASIA	0,263
AUSTRIA	0,254	REPUBLICA DOMINICANA	0,253
GRECIA	0,249	AUSTRIA	0,242
FINLANDIA	0,217	FINLANDIA	0,226
REPUBLICA DA AFRICA DO SUL	0,199	PAQUISTAO	0,212
TAILANDIA	0,191	HONDURAS	0,196
REP DEM CONGO	0,19	CROACIA	0,194

PAQUISTAO	0,19	REPUBLICA DA AFRICA DO SUL	0,187
HONDURAS	0,187	TURQUIA	0,178
TURQUIA	0,162	PALESTINA	0,158
IRLANDA	0,149	REPUBLICA ARABE DO EGITO	0,153
GANÁ	0,139	COSTA RICA	0,143
ISRAEL	0,134	MARROCOS	0,143
REPUBLICA ARABE DO EGITO	0,131	IRLANDA	0,138
MARROCOS	0,124	GANÁ	0,136
GUATEMALA	0,121	TAILANDIA	0,127
IRAN	0,119	HUNGRIA	0,126
COSTA RICA	0,114	REPUBLICA TCHECA	0,125
PALESTINA	0,112	ISRAEL	0,12
BULGARIA	0,111	IRAN	0,115
BENIN	0,108	TIMOR LESTE	0,107
REPUBLICA TCHECA	0,102	NOVA ZELANDIA	0,099
REPUBLICA DE EL SALVADOR	0,091	GUATEMALA	0,098
MAURICIO	0,09	SERVIA	0,095
HUNGRIA	0,09	REPUBLICA DE EL SALVADOR	0,094
SINGAPURA	0,089	ESLOVAQUIA	0,09
MALI	0,085	SINGAPURA	0,087
SERVIA	0,085	NICARAGUA	0,086
NOVA ZELANDIA	0,081	BULGARIA	0,082
PANAMA	0,08	BENIN	0,08
ESLOVAQUIA	0,075	TUNISIA	0,073
CAMARQUES	0,066	LETONIA	0,069
NICARAGUA	0,064	CAMARQUES	0,069
SAO TOME E PRINCIPE	0,061	LITUANIA	0,069
LITUANIA	0,06	ESLOVENIA	0,056
ARGELIA	0,059	SAO TOME E PRINCIPE	0,054
TUNISIA	0,055	PANAMA	0,053
LETONIA	0,048	JORDANIA	0,052
JORDANIA	0,047	REPUBLICA GUIANA	0,045
JAMAICA	0,046	ARGELIA	0,044
SRI-LANKA	0,041	IRAQUE	0,043
TRINIDAD E TOBAGO	0,039	JAMAICA	0,042
IRAQUE	0,037	VIETNAM DO SUL	0,041
BOSNIA HERZEGOVINA	0,034	GUINE	0,039
VIETNAM DO SUL	0,033	LIBIA	0,035
ESLOVENIA	0,029	ALBANIA	0,035
GUINE	0,029	COSTA DO MARFIM	0,034
ESTONIA	0,025	MAURICIO	0,033

REPUBLICA DO CONGO	0,025	REPUBLICA DO CONGO	0,031
COSTA DO MARFIM	0,025	QUENIA	0,031
ISLANDIA	0,024	TOGO	0,029
REPUBLICA DA BIELORRUSSIA	0,023	TRINIDAD E TOBAGO	0,027
MIANMAR	0,021	SERRA LEOA	0,026
QUENIA	0,021	MALI	0,026
REPUBLICA GUIANA	0,019	REPUBLICA DA MACEDONIA	0,024
AFEGANISTAO	0,019	CASAQUISTAO	0,022
NEPAL	0,018	NEPAL	0,022
ALBANIA	0,018	BOSNIA HERZEGOVINA	0,022
SERRA LEOA	0,016	TANZANIA	0,021
TIMOR LESTE	0,016	VIETNAM DO NORTE	0,021
MONTENEGRO	0,015	REPUBLICA DA BIELORRUSSIA	0,019
BURKINA FASO	0,014	BURKINA FASO	0,019
CASAQUISTAO	0,014	ESTONIA	0,018
TOGO	0,013	AFEGANISTAO	0,017
ZIMBABWE	0,013	MOLDAVIA	0,016
TANZANIA	0,012	SURINAME	0,015
ETIOPIA	0,012	ISLANDIA	0,014
OMAN	0,011	SUDAO	0,012
ARMENIA	0,011	MONTENEGRO	0,012
SUDAO	0,011	GAMBIA	0,012
VIETNAM DO NORTE	0,01	OMAN	0,011
MOLDAVIA	0,01	MIANMAR	0,011
SEYCHELLES	0,009	ARABIA SAUDITA	0,01
REPUBLICA DA MACEDONIA	0,009	ZAMBIA	0,01
USBEQUISTAO	0,009	GEORGIA	0,01
GEORGIA	0,009	BARBADOS	0,009
SURINAME	0,007	REPUBLICA DO GABAO	0,009
REPUBLICA DO GABAO	0,007	ZIMBABWE	0,009
CHIPRE	0,007	LUXEMBURGO	0,009
TCHECOSLOVAQUIA	0,007	SRI-LANKA	0,008
SERVIA E MONTENEGRO	0,007	UGANDA	0,008
GUIANA FRANCESA	0,007	ARMENIA	0,008
ZAMBIA	0,006	BURUNDI	0,008
ARABIA SAUDITA	0,006	SERVIA E MONTENEGRO	0,007
AZERBAIJAO	0,006	EMIRADOS ARABES UNIDOS	0,007
LIBIA	0,006	IEMEN	0,007
BHUTAN	0,005	GUIANA FRANCESA	0,007
CHADE	0,005	APATRIDA	0,007
BURUNDI	0,005	USBEQUISTAO	0,006

ANDORA	0,005	MADAGASCAR	0,006
GAMBIA	0,005	NAMIBIA	0,006
EMIRADOS ARABES UNIDOS	0,005	SANTA LUCIA	0,006
QUIRQUISTAO	0,005	COMUNIDADE DOMINICANA	0,005
MADAGASCAR	0,005	AZERBAIJAO	0,005
BARBADOS	0,004	REPUBLICA DE MALTA	0,005
UGANDA	0,004	SEYCHELLES	0,005
MONGOLIA	0,004	MALAWI	0,004
REPUBLICA DE MALTA	0,004	MONGOLIA	0,004
LUXEMBURGO	0,004	REUNIAO	0,004
PORTO RICO	0,004	COREIA DO NORTE	0,004
COMUNIDADE DOMINICANA	0,004	MONACO	0,004
MACAU	0,003	TCHECOSLOVAQUIA	0,004
TURCOMENISTAO	0,003	REPUBLICA CENTRO AFRICANA	0,003
LIBERIA	0,003	MACAU	0,003
SANTA LUCIA	0,003	SOMALIA, REPUBLICA	0,003
IEMEN	0,003	ETIOPIA	0,003
SAO VICENTE	0,003	SAMOA OCIDENTAL	0,003
REPUBLICA DO NIGER	0,003	PORTO RICO	0,003
ESTADO DA CIDADE DO VATICANO	0,003	CHIPRE	0,003
PAPUA NOVA GUINE	0,002	SAO VICENTE	0,003
COMUNIDADE DAS BAHAMAS	0,002	ILHAS COMORES	0,002
NAMIBIA	0,002	BERMUDAS	0,002
NACIONALIDADE INDEFINIDA	0,002	QUIRQUISTAO	0,002
BERMUDAS	0,002	ESTADOS ASSOC. DAS ANTILHAS	0,002
ESTADOS ASSOC. DAS ANTILHAS	0,002	GUINE EQUATORIAL	0,002
TONGAS	0,002	GUAN	0,002
BOTSWANA	0,002	TURCOMENISTAO	0,002
KOSOVO	0,002	RUANDA	0,002
LIECHTENSTEIN	0,002	BOTSWANA	0,002
COREIA DO NORTE	0,002	REPUBLICA DO NIGER	0,002
APATRIDA	0,002	ERITREIA	0,002
SAMOA OCIDENTAL	0,002	CHADE	0,002
REUNIAO	0,001	ARUBA	0,001
POLINESIA FRANCESA	0,001	SAN MARINO	0,001
MICRONESIA	0,001	ESTADO DA CIDADE DO VATICANO	0,001
KMER/CAMBOJA	0,001	SUAZILANDIA	0,001

GIBRALTAR	0,001	KMER/CAMBOJA	0,001
KUWAIT	0,001	ANDORA	0,001
PANAMA, ZONA DO CANAL	0,001	NACIONALIDADE INDEFINIDA	0,001
SUAZILANDIA	0,001	LAOS	0,001
REPUBLICA CENTRO AFRICANA	0,001	ANTIGUA E. DEP. BARBUDA	0,001
BAHRAIN	0,001	REPUBLICA DE FIJI	0,001
GUINE EQUATORIAL	0,001	LIECHTENSTEIN	0,001
MONACO	0,001	BELIZE	0,001
SAN MARINO	0,001	COMUNIDADE DAS BAHAMAS	0,001
MAURITANIA	0,001		

2016		2017 - Maio	
SINCRE Classificação	Classificação	SINCRE Classificação	Quantidade (por mil)
TEMPORARIO	55,933	TEMPORARIO	3,524
PERMANENTE	66,347	PERMANENTE	2,769
FRONTEIRICO	2,41	FRONTEIRICO	0,141
PROVISORIO	0,043	REFUGIADO	0,133
OUTROS	0,973	PROVISORIO	0,106

PAÍS DE NASCIMENTO	Nacionalidade (por mil)	SINCRE Nacionalidade	Quantidade (por mil)
REPUBLICA DO HAITI	42,438	REPUBLICA DO HAITI	1,074
COLOMBIA	7,446	COLOMBIA	0,617
BOLIVIA	6,142	BOLIVIA	0,398
ARGENTINA	5,121	ARGENTINA	0,384
URUGUAI	4,563	PARAGUAI	0,294
REPUBLICA POPULAR DA CHINA	4,524	URUGUAI	0,291
CUBA	4,522	REPUBLICA POPULAR DA CHINA	0,284
ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	3,6	PERU	0,198
PERU	3,34	PORTUGAL	0,182
PARAGUAI	3,039	ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	0,178
FRANCA	2,808	FRANCA	0,168
ITALIA	2,727	VENEZUELA	0,158
PORTUGAL	2,617	JAPAO	0,153
ALEMANHA	2,209	ITALIA	0,15
ESPAÑA	2,174	GANHA	0,141
INDIA	1,963	CUBA	0,11

JAPAO	1,86	ESPANHA	0,11
COREIA DO SUL	1,508	INDIA	0,107
FILIPINAS	1,502	FILIPINAS	0,105
MEXICO	1,479	SIRIA	0,104
CHILE	1,387	ANGOLA	0,098
ANGOLA	1,331	ALEMANHA	0,095
INGLATERRA	1,133	MEXICO	0,094
EQUADOR	1,078	CHILE	0,079
VENEZUELA	0,956	SENEGAL	0,079
SIRIA	0,853	EQUADOR	0,065
HOLANDA	0,719	MOCAMBIQUE	0,052
RUSSIA	0,514	COREIA DO SUL	0,048
NIGERIA	0,489	HOLANDA	0,046
ROMENIA	0,486	GRA-BRETANHA	0,044
POLONIA	0,467	NIGERIA	0,041
GUINE BISSAU	0,455	REP DEM CONGO	0,038
CANADA	0,447	RUSSIA	0,035
SUICA	0,395	PALESTINA	0,029
GANA	0,337	ROMENIA	0,029
NORUEGA	0,326	CANADA	0,027
UCRANIA	0,319	HONDURAS	0,026
BELGICA	0,316	GUINE BISSAU	0,025
LIBANO	0,308	GRECIA	0,024
PAQUISTAO	0,303	LIBANO	0,023
MOCAMBIQUE	0,298	PAQUISTAO	0,022
REP DEM CONGO	0,297	SUECIA	0,022
SENEGAL	0,271	TURQUIA	0,021
GRECIA	0,267	POLONIA	0,021
SUECIA	0,265	BELGICA	0,019
DINAMARCA	0,253	BANGLADESH	0,017
AUSTRALIA	0,241	TAILANDIA	0,017
FINLANDIA	0,233	MALASIA	0,016
CABO VERDE	0,226	SUICA	0,015
REPUBLICA DOMINICANA	0,224	UCRANIA	0,014
AUSTRIA	0,211	MARROCOS	0,013
TURQUIA	0,177	REPUBLICA ARABE DO EGITO	0,013
REPUBLICA ARABE DO EGITO	0,173	AUSTRALIA	0,013
MARROCOS	0,17	AUSTRIA	0,013
ARABIA SAUDITA	0,165	SINGAPURA	0,012
TAIWAN	0,164	FINLANDIA	0,011
HONDURAS	0,155	DINAMARCA	0,01
TAILANDIA	0,143	COSTA RICA	0,01

BANGLADESH	0,138	REPUBLICA DOMINICANA	0,01
REPUBLICA DA AFRICA DO SUL	0,13	CABO VERDE	0,009
COSTA RICA	0,123	SERVIA	0,009
MALASIA	0,121	GUATEMALA	0,008
IRAN	0,11	PANAMA	0,008
INDONESIA	0,103	REPUBLICA DE EL SALVADOR	0,008
REPUBLICA DE EL SALVADOR	0,101	REPUBLICA DA AFRICA DO SUL	0,008
GUATEMALA	0,1	NORUEGA	0,008
ESCOCIA	0,098	IRAN	0,007
BENIN	0,088	VIETNAM DO SUL	0,007
NICARAGUA	0,08	INDONESIA	0,006
CROACIA	0,078	CROACIA	0,006
CAMARQUES	0,077	JAMAICA	0,006
IRLANDA	0,075	CAMARQUES	0,005
HUNGRIA	0,074	LITUANIA	0,005
CASAQUISTAO	0,074	ISRAEL	0,005
REPUBLICA TCHECA	0,072	GUINE	0,004
SINGAPURA	0,071	NACIONALIDADE INDEFINIDA	0,003
ESLOVAQUIA	0,069	TOGO	0,003
PANAMA	0,067	GEORGIA	0,003
TUNISIA	0,065	JORDANIA	0,003
BULGARIA	0,064	NICARAGUA	0,003
SERVIA	0,063	LUXEMBURGO	0,002
ISRAEL	0,059	BENIN	0,002
IRAQUE	0,059	LETONIA	0,002
JORDANIA	0,059	COSTA DO MARFIM	0,002
NAMIBIA	0,055	ALBANIA	0,002
LIBIA	0,054	ESLOVAQUIA	0,002
PALESTINA	0,054	TIMOR LESTE	0,002
REPUBLICA DO CONGO	0,052	BARBADOS	0,002
LETONIA	0,051	REPUBLICA DO CONGO	0,002
NOVA ZELANDIA	0,046	QUENIA	0,002
ESLOVENIA	0,043	IRAQUE	0,002
GUINE	0,04	SAO TOME E PRINCIPE	0,002
BRASIL	0,04	NOVA ZELANDIA	0,002
JAMAICA	0,039	ESTONIA	0,002
PORTO RICO	0,039	REPUBLICA DE MALTA	0,001
COSTA DO MARFIM	0,039	SERRA LEOA	0,001
TOGO	0,038	IEMEN	0,001
VIETNAM DO SUL	0,037	GAMBIA	0,001
ARGELIA	0,036	TRINIDAD E TOBAGO	0,001

LITUANIA	0,036	VIETNAM DO NORTE	0,001
GEORGIA	0,035	IRLANDA	0,001
AFEGANISTAO	0,034	ARABIA SAUDITA	0,001
SAO TOME E PRINCIPE	0,033	REPUBLICA DO NIGER	0,001
ESTONIA	0,03	SUDAO	0,001
TIMOR LESTE	0,029	ESLOVENIA	0,001
REPUBLICA GUIANA	0,028	ERITREIA	0,001
ALBANIA	0,026	TANZANIA	0,001
QUENIA	0,026	REPUBLICA DO GABAO	0,001
IRLANDA DO NORTE	0,025	KUWAIT	0,001
NEPAL	0,024	REPUBLICA GUIANA	0,001
EMIRADOS ARABES UNIDOS	0,021	NAMIBIA	0,001
ALEMANHA ORIENTAL	0,02	TCHECOSLOVAQUIA	0,001
HONG-KONG	0,019	SRI-LANKA	0,001
REPUBLICA DA BIELORRUSSIA	0,019	ETIOPIA	0,001
KUWAIT	0,019	REPUBLICA TCHECA	0,001
VIETNAM DO NORTE	0,018	SURINAME	0,001
MIANMAR	0,018	MAURICIO	0,001
MONTENEGRO	0,017	UGANDA	0,001
SERRA LEOA	0,016	RUANDA	0,001
REPUBLICA DO GABAO	0,015	HUNGRIA	0,001
SRI-LANKA	0,015	BULGARIA	0,001
BOSNIA HERZEGOVINA	0,015	REPUBLICA DA BIELORRUSSIA	0,001
TRINIDAD E TOBAGO	0,015	TUNISIA	0,001
PAIS DE GALES	0,014	BULGARIA	0,001
ZIMBABWE	0,014	REPUBLICA DA BIELORRUSSIA	0,001
REPUBLICA DO NIGER	0,014	TUNISIA	0,001
TANZANIA	0,014		
ZAMBIA	0,013		
MADAGASCAR	0,013		
SURINAME	0,013		
ETIOPIA	0,012		
UGANDA	0,012		
SUDAO	0,012		
ARMENIA	0,012		
UNIAO SOVIETICA	0,012		
ISLANDIA	0,012		
CATAR	0,012		
LUXEMBURGO	0,011		
USBEQUISTAO	0,011		
REPUBLICA DA MACEDONIA	0,011		

MOLDAVIA	0,01
MAURICIO	0,01
GUIANA FRANCESA	0,009
MALI	0,009
BURKINA FASO	0,008
BURUNDI	0,008
MADEIRA	0,007
BARBADOS	0,006
CHIPRE	0,006
REPUBLICA CENTRO AFRICANA	0,005
MARTINICA	0,005
ACORES-PORTUGAL	0,005
QUIRQUISTAO	0,005
IEMEN	0,005
REPUBLICA DE MALTA	0,005
LIBERIA	0,005
OMAN	0,004
ANDORA	0,004
MACAU	0,004
CURACAO	0,004
BAHRAIN	0,004
PAPUA NOVA GUINE	0,003
ERITREIA	0,003
SAMOA OCIDENTAL	0,003
COREIA DO NORTE	0,003
BHUTAN	0,003
AZERBAIJAO	0,003
NACIONALIDADE INDEFINIDA	0,003
ANTILHAS HOLANDESAS	0,003
TCHecosLOVAQUIA	0,003
PANAMA, ZONA DO CANAL	0,003
ABISSINIA	0,003
GIBRALTAR	0,003
BERMUDAS	0,003
ILHAS CAYMAN	0,002
TADJIKUISTAO	0,002
MALAWI	0,002
SAO VICENTE	0,002
RUANDA	0,002
ILHAS FERÕES	0,002
POLINESIA FRANCESA	0,002
ARUBA	0,002

CHADE	0,002
BRUNEI	0,002
KOSOVO	0,002
SERVIA E MONTENEGRO	0,002
SOMALIA, REPUBLICA	0,001
SUAZILANDIA	0,001
SANTA HELENA	0,001
BIRMANIA	0,001
KMER/CAMBOJA	0,001
GUAN	0,001
COMUNIDADE DOMINICANA	0,001
ESTADO DA CIDADE DO VATICANA	0,001
GROELANDIA	0,001
COMUNIDADE DAS BAHAMAS	0,001
ILHAS MARSHALL	0,001
SAN MARINO	0,001
ILHAS VIRGENS BRITANICAS	0,001
IEMEN DO SUL	0,001
REPUBLICA DE FIJI	0,001
ILHAS WALLIS E FUTUNA	0,001
GAMBIA	0,001
DEPENDENCIA DE ROSS	0,001
ILHAS GUADALUPE	0,001
TURCOMENISTAO	0,001
ILHAS CANARIAS	0,001
ILHAS FALKLANDS	0,001
ESTADOS ASSOC. DAS ANTILHA	0,001
ILHAS TURKS E CAICOS	0,001
GUINE EQUATORIAL	0,001
REUNIAO	0,001
GRANADA	0,001
MAURITANIA	0,001
MONGOLIA	0,001
ILHAS MALVINAS	0,001
LAOS	0,001

3. Por fim, comunica-se que, em caso de indeferimento, cabe recurso ao Sr. Diretor-Geral de Polícia Federal no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência desta resposta, o

qual pode ser apresentado, via internet, pelo e-SIC (www.acessoainformacao.gov.br/sistema).

Atenciosamente,

Brasília, 07 de julho de 2017.

SIC-DIREX

**ANEXO B – REGISTRO FORNECIDO PELA POLÍCIA FEDERAL DE ENTRADA
DE ESTRANGEIROS REGULARES NO BRASIL DOS QUAIS NÃO CONSTA
BAIXA DE SAÍDA ENTRE 2012 E SETEMBRO DE 2017**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – Brasília**

Mensagem Eletrônica nº 593/2017-SIC/DIREX/PF

Prezado Senhor,

1. Trata-se de requerimento de informação protocolado no e-SIC formulado nos seguintes termos:

“... O número de estrangeiros que receberam algum visto para entrar no País de janeiro/2012 até período mais atualizado possível, porém não consta ainda sua saída, ou seja, estão com os vistos vencidos ...”

2. Com relação ao seu requerimento nos termos da Lei 12.527/2011, esclareço que o SINCRE - Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros não possui funcionalidade previamente configurada que permita a pesquisa, de forma automática, da base de dados para fornecer informações nos exatos termos e com todos os parâmetros solicitados no presente caso, visto que só gerencia o cadastro e o registro de estrangeiro e não o status do visto.

3. Na tentativa de responder, ao menos parcialmente, ao seu pedido de informações, informo que no SINCRE há 612,02 (por mil) registros com o status de vencido.

4. Quanto ao movimento migratório (entrada de estrangeiros no Brasil) esclareço também que a Polícia Federal transporece os dados sobre movimentação migratória de maneira ativa por meio de cooperação com o Ministério do Turismo. Os dados informados ao Ministério são publicados no Anuário Estatístico que pode ser acessado no endereço <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario>.

5. Por fim, comunica-se que, em caso de indeferimento, cabe recurso ao Sr. Diretor-Geral de Polícia Federal no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência desta resposta, o qual pode ser apresentado, via internet, pelo e-SIC (www.acessoainformacao.gov.br/sistema).

Atenciosamente,

Brasília, 13 de outubro de 2017.

SIC-DIREX

Dados do Pedido

Protocolo	08850003976201791
Solicitante	Jardel Gonçalves Anjos Ferreira
Data de Abertura	15/09/2017 12:34
Orgão Superior Destinatário	MJ – Ministério da Justiça
Orgão Vinculado Destinatário	DPF – Departamento de Polícia Federal
Prazo de Atendimento	19/10/2017
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Parcialmente Concedido (Parte da informação inexistente)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	número de estrangeiros com vistos vencidos no País para o período entre janeiro/2012 até período mais atualizado possível.
Detalhamento	O número de estrangeiros que receberam algum visto para entrar no País de janeiro/2012 até período mais atualizado possível, porém não consta ainda sua saída, ou seja, estão com os vistos vencidos.

Dados da Resposta

Data de Resposta	13/10/2017 18:06
Tipo de Resposta	Acesso Parcialmente Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Parte da informação inexistente
Resposta	Prezado Senhor, Segue a resposta ao questionamento apresentado. Att, SIC/DIREX
Responsável pela Resposta	Erik França da Silva
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Diretor-Geral da Polícia Federal
Prazo Limite para Recurso	25/10/2017

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Defesa e Segurança
Subcategoria do Pedido	Segurança pública
Número de Perguntas	1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
15/09/2017 12:34	Pedido Registrado para para o Órgão DPF – Departamento de Polícia Federal	SOLICITANTE
18/09/2017 09:04	Pedido Em Andamento	MJ – Ministério da Justiça/DPF – Departamento de Polícia Federal
09/10/2017 08:16	Pedido Prorrogado	MJ – Ministério da Justiça/DPF – Departamento de Polícia Federal
13/10/2017 18:06	Pedido Respondido	MJ – Ministério da Justiça/DPF – Departamento de Polícia Federal

ANEXO C – TRANSFERÊNCIAS, SEM CONTRAPARTIDA ECONÔMICA, REALIZADAS ENTRE PESSOAS FÍSICAS RESIDENTES NO BRASIL E NO EXTERIOR (BACEN)

Transferências pessoais^{1/} - do Brasil para o exterior Distribuição por país de destino imediato

Discriminação	2010												2011												2012					
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Total	66	61	83	77	75	75	77	80	82	84	89	108	84	72	82	81	84	86	104	99	81	71	86	96	85	79	86	76	80	74
Estados Unidos	26	25	32	30	29	32	33	34	35	35	37	42	36	31	34	35	37	38	43	44	37	29	35	39	36	27	29	24	27	26
Portugal	4	3	4	3	4	4	4	4	4	4	5	5	3	4	4	4	4	4	4	5	4	4	5	6	5	5	7	5	5	5
Bolívia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	2	3	3	3	3	3	3
Reino Unido	3	3	3	3	3	3	2	4	5	5	6	4	4	4	4	4	4	4	5	7	5	1	2	2	3	6	5	5	5	4
Espanha	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2	3	3	2	3	2	2	3	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	3
China	2	2	3	2	2	2	2	3	3	3	3	3	5	2	3	3	3	3	3	3	2	3	4	4	4	4	3	3	3	3
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1
Alemanha	3	2	4	4	5	3	5	4	5	4	5	4	5	3	4	3	3	3	4	4	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Itália	2	2	3	3	2	2	3	2	2	2	3	3	2	2	3	3	2	14	3	3	2	3	3	2	2	3	3	3	2	2
Canadá	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	3	4	2	2	3	2	3	2	3	3	3	2
Peru	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	3	2	2	2	2	2	2
França	2	2	2	2	2	2	2	2	3	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	2	2	2
Demais países	20	18	26	25	20	21	20	21	19	22	21	35	20	18	22	20	21	21	21	22	18	20	24	27	20	21	23	20	24	18

1/ Transferências, sem contrapartida econômica, realizadas entre pessoas físicas residentes no Brasil e no exterior.

						2013												2014												2015					
Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar			
75	86	83	85	73	99	88	79	85	93	89	78	86	83	86	109	86	106	105	86	96	107	95	104	112	140	141	124	115	149	123	102	116			
23	29	23	27	24	26	28	25	26	28	27	22	25	25	25	33	26	27	41	26	28	31	32	31	37	36	37	28	30	42	31	24	29			
7	5	7	6	5	8	5	5	6	6	6	5	5	5	5	6	5	6	6	5	6	7	6	3	4	3	4	4	3	4	4	4	4			
3	3	3	4	3	4	3	4	4	5	5	4	5	3	4	5	4	5	4	4	5	5	7	7	7	7	8	10	10	11	7	8	10			
5	6	4	4	4	5	6	6	5	5	5	5	5	4	4	7	4	5	4	3	4	5	3	1	1	1	2	4	4	6	4	3	5			
3	3	2	3	3	10	3	3	3	4	3	3	3	2	3	3	3	6	4	3	3	6	6	5	6	5	7	5	5	8	5	5	5			
3	4	3	3	3	3	5	3	4	4	4	3	3	3	3	4	3	3	5	3	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3	6	4	4		
1	1	1	1	1	2	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	6	3	4	5	5	5	6	7	7	8	7	6	10	6	6	6			
2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	4	3	2	3	3	3	3	2	3	3	2	2			
3	2	2	3	2	3	3	2	2	3	3	2	2	2	2	2	3	2	3	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4	3	2			
2	2	2	3	2	2	3	2	2	3	3	2	2	2	3	2	3	2	3	2	3	3	3	3	4	4	5	3	3	6	4	3	3			
2	3	2	3	2	3	3	2	3	3	3	3	3	2	3	3	3	4	3	3	3	3	4	3	4	4	4	4	4	4	4	3	3			
2	2	2	3	2	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2	3	2	2	3	4	3	2	3	3	2	3			
19	22	29	22	20	30	24	22	24	26	25	22	25	26	27	35	25	36	25	26	29	28	17	34	30	60	52	47	40	46	45	38	41			

2016												2017												Código no SGS					
Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
108	109	119	114	98	89	79	88	105	58	75	97	93	97	117	111	126	114	135	122	156	172	134	173	144	159	154	180		
26	24	24	25	23	21	18	21	24	11	19	24	20	24	27	31	36	35	40	42	58	82	58	72	60	70	67	82	24 769	
4	4	4	4	4	4	5	4	5	3	4	5	5	5	5	5	6	8	8	8	9	8	6	7	6	7	7	8	24 770	
9	9	10	9	8	7	6	5	6	3	5	6	6	6	7	7	8	7	8	8	7	8	10	14	11	11	10	13	24 771	
3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2	3	3	2	4	3	6	7	11	5	5	3	2	8	4	3	3	3	24 772	
5	5	5	5	4	4	4	5	5	3	3	4	4	4	4	4	4	5	6	5	5	5	2	3	3	3	3	3	24 773	
4	4	4	4	3	3	2	3	3	4	3	5	4	4	5	5	7	5	5	4	6	12	8	8	5	6	6	9	24 774	
6	6	7	7	7	6	5	6	10	5	5	6	6	6	6	6	7	5	6	5	10	6	5	7	6	7	7	7	24 775	
3	2	2	4	2	2	2	2	2	1	1	2	2	2	2	2	2	2	3	2	2	2	1	2	2	2	2	2	24 776	
2	3	3	3	2	2	2	2	6	1	2	2	6	3	3	4	4	2	2	3	3	2	2	3	2	2	3	3	24 777	
3	3	3	3	3	4	3	3	4	2	2	3	3	3	4	4	3	3	4	3	3	3	3	3	2	3	3	4	24 778	
3	3	3	3	3	2	2	2	3	2	2	2	2	3	3	3	4	3	4	3	4	4	4	4	4	4	4	4	24 779	
2	2	2	3	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	4	2	1	4	2	2	2	2	24 780	
38	40	48	41	34	30	26	29	33	21	25	33	32	33	46	35	37	29	35	33	40	36	31	39	37	38	38	39		

ANEXO D – REGISTRO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR NACIONALIDADE (IBGE)

Tabela 1840 - População residente, por situação, sexo e lugar de nascimento	
Variável - População residente (Mil pessoas)	
Brasil	
Ano - 2015	
Situação do domicílio - Total	
Sexo - Total	
Lugar de nascimento	
Total	204860
País estrangeiro	772
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	

9/19/2017

grafico (3).svg

Tabela 1423 - População residente, por nacionalidade	
Variável - População residente (Pessoas)	
Brasil	
Ano - 2010	
Nacionalidade	
Total	Estrangeira
190755799	433428
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

9/19/2017

grafico (2).svg

Dados do Pedido

Protocolo	03950002830201787
Solicitante	Jardel Gonçalves Anjos Ferreira
Data de Abertura	15/09/2017 12:44
Orgão Superior Destinatário	MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Orgão Vinculado Destinatário	IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Prazo de Atendimento	09/10/2017
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	número de estrangeiros na população brasileira de 2011 até período mais atualizado possível.
Detalhamento	O número de estrangeiros na população brasileira de 2011 até período mais atualizado possível em relação. Se houve aumento do número da população estrangeira em relação ao Censo 2010? Se sim, qual foi a taxa de aumento?